

Presidente

Secretário

**ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
LAMEGO, REALIZADA NO DIA 6 DE DEZEMBRO DE 2011, NO SALÃO NOBRE
DO MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores Vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho, e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Não se verificou qualquer ausência.

SECRETARIOU

Chefe de Divisão da Administrativa e de Coordenação, Luís Carlos Pereira Silva.

ABERTURA (COD 02)

O senhor presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta minutos.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (COD 43)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 624/43/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja aprovada a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano económico de 2012, e autorizada a contracção de empréstimo de curto prazo, de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 38.º e n.º 1 do artigo 39.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), durante o período de vigência do orçamento, para ocorrer a eventuais dificuldades de tesouraria que possam surgir na Gestão Municipal, não podendo exceder, em qualquer momento do ano,

Presidente

Secretário

10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

Mais propõe que seja submetido à Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberado: A proposta de Orçamento e Grandes Opções de Plano (Plano de Actividades e Plano Plurianual de Investimentos) para 2012, foi aprovada, por maioria, com seis votos a favor e um voto contra do Vereador do Partido Socialista, Dr. Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por fazer a apresentação dos instrumentos de gestão financeira para o ano de 2012, informando que, tal como dispõe o n.º 3 do artigo 5º da Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, remeteu, em tempo útil, as propostas de Orçamento e Grandes Opções de Plano (plano de actividades e plano plurianual de investimentos) a todos os partidos e grupos políticos representados na Câmara e Assembleia Municipal, não tendo havido, por parte destes, qualquer resposta, o que significa ausência de contributos e sugestões que pudessem ser incluídas nas respectivas propostas finais, em sede de audiência prévia, no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição.

No que concerne à análise dos documentos do ponto de vista técnico o senhor Presidente da Câmara exaltou o profissionalismo e a capacidade da equipa técnica responsável pela sua elaboração, cuja competência técnica aparece reflectida na forma como os documentos são apresentados, e que respeitam as regras e os princípios orçamentais estabelecidos na lei.

Quanto à análise política, o senhor Presidente da Câmara reiterou o conteúdo da mensagem que faz a apresentação dos documentos, dando enfoque aos condicionalismos financeiros e económicos que envolvem a sua elaboração, designadamente aqueles que resultam da proposta do Orçamento de Estado para 2012, o qual expõe e materializa diversas medidas de contenção orçamental que tornarão muito difícil a situação financeira dos Municípios Portugueses e que, no Município de Lamego, desde 2009 se cifram já numa redução das transferências do Orçamento de Estado na ordem dos 18%.

Presidente

Secretário

No entanto, com uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis o orçamento de 2012 pretende garantir serviços de qualidade aos Lamecenses e aproveitar a oportunidade de investimentos criados pelas participações comunitárias.

Continuará, por isso, as linhas estratégicas traçadas, executando os projectos aprovados no âmbito do QREN.

A estrutura e o conteúdo dos documentos reflectem estes objectivos, cuja análise detalhada deverá ser verificada nos respectivos documentos de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2012.

Daí que, não se entende a posição assumida pelo senhor Vereador do Partido Socialista, Dr. Agostinho Ribeiro, quando rejeita, liminarmente, as propostas apresentadas, mas, conforme declarações que proferiu na sua recente entrevista ao “Jornal do Centro”, reivindica obras de custos consideráveis no Museu de Lamego. Se os investimentos a levar efeito no Bairro do Castelo não são necessários, como justifica o investimento no Museu de Lamego, designadamente a construção do novo auditório, quando já existem em Lamego infra-estruturas dessa natureza tais como o Teatro Ribeiro Conceição e o auditório do Museu Diocesano, a menos de 100 m de distância.

Pelo contrário, do que se trata é de agir de uma forma responsável optando e recorrendo a projectos de investimentos que correspondam, em cada momento, aos desígnios e aspirações estabelecidos para as populações respectivas.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** prestou a seguinte declaração de voto: “O Partido Socialista, na análise que faz à presente proposta de Plano e Orçamento para 2012, considera relevante sublinhar os aspectos seguintes:

1º – Pela primeira vez na história desta Coligação foi cumprido o estatuído na Lei nº 24/98, de 26 de Maio (Estatuto da Oposição), números 3 e 4 do artigo 5º, porquanto esta proposta foi previamente apresentada ao Vereador do PS, o que se regista como elemento positivo.

No entanto, convém não esquecer que a Coligação PSD/CDS-PP andou nos últimos anos a não cumprir esta Lei. Ou seja, no período em que as irresponsabilidades na gestão da coisa pública foi evidente e notória, aumentando desmesuradamente a dívida pública municipal, esta Coligação não se preocupou em ouvir a opinião do Partido Socialista, e andou “autisticamente” entretida a

Presidente

Secretário

endividar irresponsavelmente os cofres municipais, como se o “pote” dos recursos municipais não tivesse fundo.

Foram os anos de 2006 a 2011, onde a “grande capacidade de gestão” do líder se provou não ser mais do que a “grande capacidade” de contrair empréstimos bancários sobre empréstimos bancários, endividamento atrás de endividamento, absurdo e irresponsável, para além de configurar, em alguns casos específicos, procedimentos considerados ilegais, à luz das conclusões do Tribunal de Contas. Nessa altura não necessitou a coligação PSD/CDS-PP de qualquer entendimento com a oposição democrática representada pelo PS.

Agora que o tempo das “vacas gordas” passou; a capacidade de endividamento se esgotou; e as dívidas globais assumem a proporção assustadora de mais de 50 milhões de euros, não incluindo aqui as responsabilidades referentes à empresa municipal e à PPP (Parceria Público Privada), já a coligação se “preocupa” em cumprir e respeitar o Estatuto da Oposição, querendo provavelmente que o Partido Socialista valide “*à posteriori*” o desvario que andou a cometer estes anos todos.

Mas agora, senhor Presidente e senhores Vereadores, é tarde demais. É tarde porque as dívidas já foram contraídas, e não há volta a dar-lhe; é tarde porque os investimentos errados já foram executados e agora não há como andar para trás; é tarde porque, como diz o povo, “quem lhe comeu a carne agora que lhe roa os ossos”! Se não precisaram do Partido Socialista para fazerem os disparates que andaram a fazer nos últimos seis anos, não será agora que precisam de nós para remediar e solucionar as asneiras que cometeram e as difíceis decisões que têm o dever de assumir perante o eleitorado que vos elegeu. As medidas que agora se impõem devem ser por vós integralmente assumidas, recusando o Partido Socialista partilhar qualquer responsabilidade, por mínima que ela seja, tanto no que levou a Câmara de Lamego a esta insustentável posição, como no que toca às duras e gravosas decisões que terão de tomar nos tempos mais próximos, para minimizar os custos de tamanha irresponsabilidade.

2º - Quanto ao Plano, propriamente dito, atrevo-me a expressar aqui as mesmíssimas considerações que produzi a 13 de Dezembro de 2010, sobre a “enorme e grosseira” mistificação do Plano de 2011, e que se mantém integralmente no Plano para 2012.

Presidente

Secretário

De facto, e uma vez mais, o senhor Presidente da Câmara não se inibe de nos brindar com um texto introdutório onde, para além do péssimo (e em algumas passagens, completamente incompreensível) português utilizado, e para além ainda da manifesta falta de rigor propositada, tenta desresponsabilizar-se da má gestão que protagonizou até à presente data, tentando fazer crer que todos os males que se vão abater sobre nós são da culpa dos cortes orçamentais a que vamos estar sujeitos, e não em resultado das suas próprias culpas, que muitas são.

Senão vejamos:

- a) Falta de rigor – queixa-se que os cortes são na ordem dos 17,78% nos três anos de referência (2010, 2011 e 2012) quando, na verdade, tais cortes representam 15,01% para os anos considerados. Basta fazer as contas com rigor e não em cima do joelho;
- b) Falta de seriedade – queixa-se dos cortes provenientes das transferências do Estado nos anos de 2010, 2011 e 2012, no valor global de 1,4 milhões de euros, mas faz um silêncio sepulcral sobre os 2,8 milhões de euros que só em 2010 e 2011 já gastou na empresa municipal, sem contar com o que vai gastar ainda este ano e no próximo de 2012 – 4,3 milhões de euros. Num total de 7,1 milhões de euros! Comparadas com estas verbas astronómicas, os cortes do Estado parecem não representar grandes problemas à Câmara de Lamego porque, se assim fosse, já teria evitado há muito continuar na senda do despesismo absurdo e completamente despropositado em que insiste continuar.

Ou seja, o mesmo que se queixa de um corte de 1,4 milhões de euros por parte do Estado, tendo em conta a grave crise financeira que todos atravessamos, é precisamente o mesmo que se propõe gastar, sem qualquer redução correspondente, 7,1 milhões de euros em transferências municipais que, inclusivamente, suscitam dúvidas de legalidade, impendendo sobre os que votaram a seu favor, sanções de natureza reintegratória.

3º - E o que se propões fazer esta coligação, agora que está a braços com uma dívida monstruosa, diria mesmo “colossal”, para usar uma expressão tão ao gosto do PSD e do CDS?

A resposta é simples – contrair ainda mais dívida, para aproveitar os fundos comunitários porque, e cito, “Lamego precisa destes equipamentos e infraestruturas para estar preparado para um futuro exigente e competitivo.” Mas de que

Presidente

Secretário

equipamentos é que estamos a falar? Dos equipamentos a que se refere o projeto “Viver Lamego” que em nada vai acrescentar competitividade seja ao que for, uma vez que se trata apenas de melhorar o existente e que, ainda por cima, não está assim tão degradado que constitua desígnio fundamental para o desenvolvimento do nosso concelho?

E também se não percebe onde é que a melhoria física de algumas zonas urbanas da cidade possa ser entendido como “obras estruturantes para o futuro do concelho de Lamego”. Na falta de qualquer estudo técnico que o comprove, esta afirmação é gratuita e despida de qualquer fundamentação válida. Obras verdadeiramente estruturantes seriam a instalação adequada da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego e a obra total da variante externa à cidade.

Como falaciosa é a afirmação que estes investimentos são fundamentais para a economia local e regional porque, se por causa destes investimentos resultarem mais dívidas a fornecedores, como tem vindo a acontecer até agora, em nada será beneficiada a economia local. Pelo contrário, irá precipitar a falência de mais algumas empresas locais, caso o município não salde atempadamente as dívidas até agora contraídas, quanto mais criar novos focos de tensão e dívida a fornecedores de bens e serviços.

Resumindo, para esta coligação, a melhor forma de resolver os graves problemas da dívida bancária e a fornecedores é aumentar em mais 2,6 milhões de euros a referida dívida. Acho que esta coligação, em Lamego, não tem estado atenta ao que se passa a nível nacional e, sobretudo, não tem estado atenta às declarações públicas dos mais altos responsáveis dos seus próprios partidos.

4º - O que também devemos achar espantoso, de facto, é a forma como o senhor Presidente da Câmara se refere à dívida, situação que diz “acompanhar com o cuidado e preocupação que merece”, como se não fosse ele o primeiro e principal responsável pelo gigantismo da mesma.

E apresenta agora o “início” de um processo de consolidação das contas e elaboração de um plano de saneamento financeiro que, como todos sabemos, não pode ser elaborado nos termos em que o faz neste Plano, conforme adiante demonstraremos, para terminar com um conjunto de medidas para redução da despesa que facilmente se percebe que não existe, conforme também não deixaremos de demonstrar a seguir.

Presidente

Secretário

5º - No que diz respeito ao capítulo do Enquadramento Estratégico de Referência, importa expressar aqui a nossa perplexidade pela falta de rigor e manipulação objetiva dos dados apresentados, que não podemos deixar passar em claro:

a) Falta de rigor porque apenas constrói este enquadramento como resultado de uma envolvente externa desfavorável, sem nunca assumir as suas próprias responsabilidades de gestão ruínosa nos últimos seis anos da nossa vida autárquica.

Já o ano passado o dissemos claramente e este ano repetimos o que então foi dito, com os valores agravados substancialmente, por força do exercício do corrente ano, com cerca de 2 milhões de euros a mais que em relação ao ano anterior, e um montante não apurado de passivos financeiros que têm sido negociados com as entidades bancárias sem qualquer deliberação nem controlo democrático, aumentando a dívida fundada do município sem que, contudo, nos pareça que estejam a ser cumpridos os procedimentos legais exigíveis para atos desta natureza;

b) Manipulação objetiva dos dados porque, para obterem as percentagens psicológicas desejadas, utilizam pressupostos diferentes para supostos resultados da mesma natureza. Exemplificando:

I – Na página 13, o quadro que ali se encontra é completamente deturpado, com uso indevido dos valores e percentagens, uma vez que da LOE 2010 para a Lei 12-A 2010 o aumento percentual é de 4,36% e não de 4,56 %; deste último para LOE 2011 é de 5,63 % e não de 6,60 %; e ainda deste último para PLOE 2012, é de 5,02 % e não 6,62 %, num desvio percentual de mais de 2,7 %, uma vez que os cortes se quedam em 15 % e não em 17,78 %.

Mas é psicologicamente importante, uma vez que é mais aceitável um corte de 15 %, que corresponde grosso modo a um corte de 5 % ao ano, nada que não se suportasse bem, se a Câmara estivesse de boa saúde financeira o que não é, manifestamente, o caso. E mais, a esmagadora maioria da população ativa portuguesa está a fazer esforços de contenção bem acima dos 5 % ao ano, não se percebendo porque razão é que a Câmara de Lamego a não há-de fazer também... Só se for para continuar a manter as indecorosas transferências para a Lamego Convida, sem quaisquer cortes ou reduções!

Presidente

Secretário

II – Já na página 16, o quadro das transferências do Orçamento de Estado para 2011 e 2012 partem de valores diversos uma vez que ao total de 2011 não é subtraída a despesa com o SNS, de 102.756, 00 € e ao total de 2012 essa despesa é subtraída, deturpando a percentagem final que, em boa verdade é de 5% e não de 6 %, como erradamente ali se expressa. O que impressiona já não é a quantidade de deturpações propositadas que se fazem nas contas – é mesmo a continuidade abusiva e sistemática deste tipo de comportamento, certamente no pressuposto de que os lamecenses serão todos desprovidos de capacidade de análise e observação em torno destas matérias.

Talvez o senhor Presidente da Câmara se esqueça que nem todos os lamecenses acreditam nos seus dotes de prestidigitador e nem todos depositem assim tanta confiança, ingénua e redutora, nas suas tão propaladas competências políticas e de gestão da coisa pública, e que a nós nos parecem ser mais erráticas e desprovidas de qualquer senso, que outra coisa qualquer.

6º - Quanto ao Plano de Acção Político é curioso verificar que as prioridades estratégicas se limitam à cidade de Lamego, exceptuando o pavilhão de Penude e o cais de Bagaúste, como se o concelho de Lamego se reduzisse à cidade e a mais dois investimentos fora do tecido urbano, e que apenas surgem em Plano por força das candidaturas ao QREN.

Continuaremos atentos, e agora com redobrado interesse, a observar a atitude dos senhores Presidentes de Junta, que já foram fortemente penalizados com a execução orçamental deste ano e que verão, no próximo ano, a sua capacidade de intervenção ainda mais reduzida, agora para níveis que roçam já a quase total imobilidade.

Acrescente-se, desde já, que os montantes a transferir para as Juntas de Freguesia nem sequer estão devidamente estipulados em Plano, deixando ao critério da Câmara a definição desses montantes, por freguesia, a pretexto de um absurdo e completamente descabido argumento, que até considero uma autêntica “vergonha nacional”. Estamos perante um “cheque em branco”, digno de figurar nos anais da mais refinada insensibilidade democrática de que há memória em Lamego.

7º - Quanto ao capítulo sobre a consolidação de passivos devemos dizer, apenas, que o mesmo nem deveria, em boa verdade, estar presente neste Plano. O saneamento financeiro do município deve ser objecto de uma proposta específica,

Presidente

Secretário

como há muito temos vindo a reclamar, e não se compadece legalmente com a sua inclusão em Plano anual.

É que um Plano de Saneamento Financeiro tem regras, e está estabelecida na Lei das Finanças Locais e no Decreto-Lei 38/2008, de 7 de Março, devendo ser instruído com um estudo fundamentado sobre a situação financeira do município e um plano de saneamento financeiro, nos termos do 1 do artigo 4º do referido decreto. Portanto, incluir aqui este capítulo só pode ter o objectivo político de tentar disfarçar as coisas, eventualmente obter autorização para a contracção de um empréstimo de 19,5 milhões de euros mas, em todo o caso, não deixará de ser, apenas e tão somente, um exercício de manifesta manipulação política, e nada mais.

Mas convém não deixar passar algumas perplexidades que tal capítulo contém, para memória futura:

- a) O desequilíbrio financeiro conjuntural não tem a ver com a atual conjuntura económica e financeira do Município de Lamego, porque este desequilíbrio já foi detetado por nós há quatro anos atrás e, posteriormente, validado pelo próprio Tribunal de Contas, aquando da auditoria às Contas de 2008;
- b) O cenário da consolidação de passivos, na página 53, dando de barato que a evolução da despesa corrente decorra como ali é previsto, não se percebe como é que a evolução do serviço da dívida esteja tão sobrevalorizada, quando comparamos este quadro com a evolução expressa no Relatório de Gestão de 2010. Uma diferença tão substantiva tem que ser devidamente fundamentada, ou então estamos perante alterações ainda mais gravosas à dívida fundada do Município, sem os procedimentos legais que se impõe respeitar, uma vez que não temos conhecimento nem participamos em nenhuma deliberação sobre a matéria;
- c) Quanto à evolução da receita corrente estamos perante cenários extremamente otimistas (aumento anual de 5 % no IMI, até 2014 e aumentos de 2 % na Derrama) perante um cenário fortemente recessivo a nível nacional, localmente agravados pelas taxas máximas impostas pela própria Câmara é otimismo excessivo, na exata medida dos otimismo das receitas gerais sempre patenteadas por esta coligação, mas nunca realizadas nem em metade das expetativas anunciadas;

Presidente

Secretário

- d) A evolução das receitas de capital, ao nível das vendas de bens de investimento, “correm” a 10 % ao ano até 2016, sem contudo haver qualquer montante em cada ano considerado, à excepção do ano de 2012, que contém o valor de 300.000 €, sem qualquer explicação;
- e) Na cobertura da despesa corrente pela receita corrente (pág. 55), há um saldo positivo de 4.37 milhões de euros enquanto no Mapa Resumo do orçamento para o próximo ano a despesa corrente prevê-se exatamente idêntica à respetiva receita. Considerar possível reduzir custos de despesa corrente na ordem geral dos 37,5 % (passando de uma despesa anual de 20 milhões de euros para 12,5 milhões de euros) é francamente irrealista;
- f) Como completamente irrealista é podermos pensar que se possa pagar o diferencial de 52 milhões para perto de 19 milhões em 2013, com recurso às verbas do QREN (para além do empréstimo de 19,5 milhões de euros), partindo do princípio que consegue arrecadar a totalidade das verbas. Mas o histórico, desde 2006, demonstra que isso nunca acontecerá, ou seja:
- 2006 - executou apenas 15,7% do programado, porque só aplicou 1,43 milhões dos mais de 9 milhões orçamentados;
 - 2007 - executou 31,5%, ou seja 2,92 milhões de euros dos mais de 9 milhões programados;
 - 2008 - executou 32,6%, ou seja, 4,38 milhões dos 13,44 milhões orçamentados;
 - 2009 - executou 0,6%, ou seja apenas 119.675 euros dos 19,45 milhões de euros;
 - 2010 - executou apenas 14,3 %, ou seja 2,57 milhões de euros dos 18 milhões previstos;
 - 2011 - até 30 de Setembro executou apenas 35%, ou seja 5,42 milhões de euros dos 15,24 milhões de euros programados.

Portanto, no orçamento de 2012 prevê arrecadar 16 milhões de euros do QREN, mas não irá conseguir mais de 3,5 a 5 milhões de euros, muito longe dos 14 milhões previstos.

8º - Registe-se a assunção da dívida total em perto de 53 milhões de euros, que consideramos por defeito, mas que ainda assim nos dá bem conta da trajetória suicida que estamos a percorrer, quase quadruplicando a dívida global do Município lamecense, (em apenas seis anos de gestão desta coligação, contra mais de 25 anos de diversas gestões anteriores) hipotecando as gerações futuras, a troco de

Presidente

Secretário

quase nenhuma melhoria substantiva que possa ser considerada como fundamental e imprescindível para o crescimento económico e o desenvolvimento efetivo do nosso concelho! Está na hora de todos os lamecenses começarem a refletir seriamente sobre o caminho traçado por esta coligação, e que nos vai levar, a continuarmos assim, à falência total e completa da nossa autarquia, com as gravíssimas consequências, individuais e coletivas, que tal situação comporta.

9º - Quanto ao orçamento, propriamente dito, repetimos aqui o que afirmámos a 13 de Dezembro de 2010, a propósito do Orçamento para o corrente ano de 2011. Os incumprimentos mantêm-se quase na sua totalidade e, em alguns casos nem se deram ao trabalho de alterar os célebres montantes que criam a tão criticada “ilusão de suficiência”, no rigoroso parecer do Tribunal de Contas. Os valores das vendas de bens de investimento referentes a Terrenos e Edifícios nem sequer foi alterado, havendo uma ligeira descida referente a Habitações. Os princípios e as regras do POCAL continuam a ser “letra morta” para a construção dos vossos Planos, repetindo ao longo dos anos os mesmíssimos incumprimentos que, por serem exatamente os mesmos dos anos anteriores, nem sequer me vou dar ao trabalho de aqui detalhar. Basta lerem as minhas declarações que se encontram na acta da reunião de 13 de Dezembro de 2010, e atualizarem para o Orçamento que agora nos ocupa.

À excepção da despesa 02.02.25 – “outros serviços”, que no ano passado considerei como sendo “estranha” tamanha descida numa despesa indiferenciada, mas que rapidamente foi corrigida, em sede de alteração orçamental, e que agora volta ao valor próximo do considerado em anos anteriores.

Quanto à célebre “ilusão de suficiência”, podemos facilmente verificar que:

- a) O empolamento orçamental, agora fixado em perto de 53 milhões de euros, continua como prática corrente deste executivo, com a maior da desfaçatez, já que:
- Em 2011 o Orçamento era de 48 milhões para uma realidade que não será superior a 20 milhões (contando com 600.000 € de empréstimo, uma vez que já se esgotou a nossa capacidade de endividamento);
 - Em 2010 o Orçamento foi de 53,67 milhões para uma execução efetiva de 22,20 milhões de euros (mas aqui com 1,71 milhões de euros de empréstimos bancários);
 - Em 2009 o Orçamento foi de 53,26 milhões para uma execução de 25,48 milhões (mas com, imagine-se, 7,09 milhões de empréstimos bancários);

Presidente

Secretário

- Em 2008 o Orçamento foi de 45,25 milhões para uma execução de 28,35 milhões (com 3,46 milhões de euros em empréstimos bancários);
- Em 2007 tivemos um Orçamento de 41,60 milhões para uma execução de 23,27 milhões (aqui com 2,85 milhões de empréstimos bancários);
- E, finalmente, em 2006 tivemos um Orçamento de 38,63 milhões para uma execução de 18,43 milhões de euros (desta vez com 1,78 milhões de empréstimos bancários).

10º - Quanto ao mais gostaríamos de acreditar que as medidas de contenção orçamental fossem de facto implementadas, mas até ao momento a prática na execução orçamental desta coligação tem-nos demonstrado precisamente o contrário, aguardando pelas contas do corrente ano para averiguar se há, ou não, uma verdadeira preocupação nesta matéria. A seu tempo nos pronunciaremos sobre este assunto, mas apenas quando estivermos na posse de todos os dados necessários a uma correta e adequada verificação.

Resta apenas considerar, a título final, que no campo da delegação das competências, bem como no das relações institucionais, permitir logo à partida que a atribuição de verbas por delegação de competências, e de subsídios às diversas Associações que operam no nosso concelho, seja objeto de reflexão caso a caso, nos termos e fundamentos em que está apresentada, é o mais profundo e desleal ato de uma qualquer administração autárquica, porque subverte totalmente os princípios democráticos de uma administração justa, equitativa e transparente.

Por isso, o Partido Socialista não pode senão votar contra estes documentos.”

O senhor Vereador **António Pinto Carreira** prestou a seguinte declaração de voto:

“O Orçamento que ora foi submetido a votação, técnica e formalmente obedece às regras que se devem observar na sua organização e funcionamento. Nele estão consagrados, em concreto, os princípios da unidade, da especificação, da universalidade e da não consignação. Assim, do ponto de vista formal merece o meu voto favorável. No documento apresentado constam princípios a implementar no próximo ano civil destinados a reduzir as despesas correntes. A inclusão desses princípios permitirá, deste modo, que de forma mais solene, quer o executivo, quer a assembleia municipal tomem consciência de medidas que, por regra pertencem ao domínio da gestão corrente. Tal decisão não deixará de elevar á categoria de prioridade orçamental a redução de custos que a final todos esperam obter.

Presidente

Secretário

Também, embora a tal se não fosse obrigado, verteu-se para tal documento uma síntese do que poderá a vir a ser o saneamento financeiro. Não se trata, como é óbvio, de aprovação de saneamento financeiro, mas antes de pretender consciencializar todos os operadores da situação que poderia vir a ser vivida se tal medida de gestão viesse a ser implementada após a provação pelos órgãos com competência para tal.

Do ponto de vista material o orçamento é perfeitamente realizável, pretendendo-se o aproveitamento da última fase de apoios comunitários que, para a execução das obras previstas se traduzirá em 90% do investimento. Ora, traduzir-se-ia numa grande irresponsabilidade e demonstração de incapacidade, descurando por completo os interesses do concelho não aproveitar tais apoios. Por outro lado, tais investimentos, para além de necessários para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos lamecenses, não deixaram de se revestir de interesse para a economia local e regional. Assim, não me restam dúvidas quanto ao sentido favorável do meu voto”.

O senhor **Vereador Manuel José Carmo Coutinho** prestou a seguinte declaração de voto: “Considero este orçamento adequado aos tempos da crise recessiva que nos atinge e que irá impor uma gestão autárquica muito rigorosa. Pela oportunidade, talvez a última, justificam-se as obras de algum vulto previstas e que beneficiam de fundos comunitários, com uma participação muito elevada.

Espero que os munícipes em geral e os parceiros em particular, entendam e aceitem a impossibilidade do Município em dar resposta a todas as suas solicitações, compreendendo, assim, as medidas de contenção orçamental aqui contempladas. Nestes termos e como eleito pelo CDS/PP na coligação “Todos Juntos Por Lamego”, voto favoravelmente o presente plano e orçamento para 2012.

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira**, usou da palavra, para manifestar a sua solidariedade com as declarações de voto dos senhores Vereadores António Pinto Carreira e Manuel José Carmo Coutinho.

O senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** fez a seguinte declaração de voto: “Para além de manifestar a minha total concordância com o Documento “Orçamento e Grandes Opções do Plano 2012 “ do nosso Município, queria realçar a oportunidade e o enorme interesse dos projetos apresentados aos apoios comunitários previstos no QREN, os quais por apoio direto deste Quadro, ou

Presidente

Secretário

conjugados com outros apoios financeiros, dão a possibilidade à Câmara de realizar um conjunto de obras com um financiamento a 90%.

Pese embora todos tenhamos consciência das enormes dificuldades que o País atravessa e necessariamente a grande maioria dos Municípios, torna-se prioritário para o Município de Lamego a execução dos projetos incluídos neste Plano e Orçamento, porquanto a sua concretização constituem uma oportunidade, diria mesmo um impulso à dinamização económica do Concelho, tendo em conta a enorme importância da Regeneração Urbana - Viver Lamego, no contexto da revitalização da cidade e consequentemente da nossa economia.

Com estes investimentos públicos, ficam igualmente criadas oportunidades para o desenvolvimento de iniciativas de investimentos privados, os quais poderão vir a ser apoiados em programas específicos, estes destinados a privados desde que incluídos em projetos integrados e de iniciativa pública.

Assim, neste campo, a Câmara está a fazer o que lhe compete, criando abertura ao desenvolvimento de negócio ao setor privado, para além de aproveitar oportunidades únicas na recuperação de áreas que se têm vindo a degradar de forma acentuada.

Estas são as razões pelas quais os projetos em causa devem ser considerados prioritários e nos devem merecer um acrescido esforço financeiro.

A senhora **Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte** subscreveu o que foi dito nas declarações de voto dos senhores Vereadores António Pinto Carreira, Manuel José Carmo Coutinho e Jorge Guedes Osório Augusto.

02-ASSUNTO: MAPA DE PESSOAL (COD 44)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 625/44/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que, os mapas de pessoal são elaborados aquando da prestação da proposta do orçamento, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objectivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, de acordo com o n.º 1 do artigo 4º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que se proceda à aprovação do Mapa de Pessoal para o ano económico de 2012.

Presidente

Secretário

Mais propõe que, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja remetido à Assembleia Municipal para aprovação, juntamente com as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012.

Deliberado: A proposta foi aprovada, por maioria, com seis votos a favor e um voto contra do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

03-ASSUNTO: MINUTA

Proposta do senhor presidente da Câmara para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovados, por unanimidade, em minuta, para efeitos de cumprimento imediato.

04-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às dez horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pelo Chefe de Divisão da Administrativa e de Coordenação, Luís Carlos Pereira Silva.

O Presidente,

O Secretário